

Instituto Nacional do Pinho

Ha muito que a classe dos produtores, industriais e exportadores do pinho vem lutando em prol de uma organização destinada a defender os seus interesses. Várias tentativas nesse sentido, como a constituição de cooperativas e de sindicatos patronais, foram levadas a efeito nos Estados do Sul. Como era natural, a primeira dificuldade residia na procura de um meio de harmonizar os interesses reciprocos.

Na verdade, produtores, exportadores e industriais do pinho distinguem-se perfeitamente uns dos outros, segundo as modalidades dos negócios que particularmente desempenham. Todavia, desde que sejam encarados sob o ponto de vista da importância que o conjunto das suas atividades representa para a economia nacional, eles se completam e se identificam numa única corporação.

Produtores ou serradores são usualmente chamados aqueles que se dedicam à extração da madeira, para entregá-la ao comércio sem outro beneficiamento além da sua transformação em táboas e pranchões, feita em suas serrarias.

Como exportadores, são designados aqueles que adquirem dos serradores a madeira extraída, para fazê-la circular como mercadoria. São os comerciantes, os intermediários entre os centros de produção e de consumo.

Finalmente, os industriais são os que transformam a matéria prima em objetos de uso no comércio. São os fabricantes de tacos para construções, táboas para forros, caixas, madeiras compensadas, mobílias e artefatos de madeira em geral.

Quando detentor de grandes capitais, o industrial, algumas vezes, adquire diretamente do produtor a matéria prima, eliminando o comerciante intermediário; outras vezes, ele a extrai por conta própria dos seus pinheirais, suprimindo assim a intervenção dos dois outros elementos.

Ora, neste caso, dispondo com maior facilidade dos meios de transporte e do crédito, intervém no mercado em condições mais vantajosas, de modo a enfrentar as oscilações do câmbio e dos preços com maior resistência que os demais elementos participantes da exploração econômica do pinho. E não raro contribue, por força da sua situação excepcional, para suscitar perturbações na produção e circulação dessa riqueza.

Os conflitos de interesses entre os que se dedicam a esse gênero de atividade não podiam continuar à mercê das especulações individuais, por isso que ao Estado incumbe coordenar todas as iniciativas creadoras de riqueza, no sentido de facilitar-lhes os recursos necessários para que possam atingir o máximo desenvolvimento em favor da prosperidade comum do país.

Assim, o Governo Nacional acaba de crear, nos moldes das entidades paraestatais já existentes, o Instituto Nacional do Pinho.

Esse Instituto congregará não só os produtores, exportadores e industriais do pinho, como os representantes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As suas atribuições são amplas e visam a coordenação e a superintendência de todos os trabalhos concernentes à defesa da produção do pinho; ao fomento do seu comércio no interior e no exterior do país e à promoção das medidas tendentes a satisfazer às necessidades de crédito, financiamento e transporte dessa madeira.

O Instituto cuidará do reflorestamento nas zonas de produção do pinho, de maneira a evitar que a extração extensiva venha a extinguir completamente as reservas naturais.

Para regularizar as flutuações da oferta e da procura e disciplinar as atividades comerciais, o Instituto fixará os preços mínimos, as quotas de produção e de exportação; estabelecerá o registo dos produtores, industriais e exportadores; facilitará

tará a construção de usinas de secagem e de armazéns de depósito das madeiras, bem como a instalação de novas serrarias e de diversos meios de beneficiamento do pinho, promovendo, finalmente, para a exploração industrial dos seus derivados, a criação de órgãos autônomos.

Tais são, em linhas gerais, as finalidades do novo órgão que o Presidente Vargas, prosseguindo na política de amparo às fontes de riqueza que contribuem para o desenvolvimento da economia nacional, acaba de instituir pelo decreto-lei número 3.124, de 19 de março último. (A.V.).

O serviço público federal no decênio Getúlio Vargas

A conferência do Sr. Moacyr Briggs no D. I. P.

Dando início à série de conferências sobre o serviço público, promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, ocupou a tribuna do Palácio Tiradentes, a 25 de março findo, perante numerosa assistência, o Sr. Moacyr Ribeiro Briggs, diretor da Divisão de Organização e Coordenação do DASP.

Presidiu a sessão o Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do DASP. Participaram da mesa os Srs.: Gustavo Capanema, ministro da Educação; Waldemar Falcão, ministro do Trabalho; Romero Estelita, ministro interino da Fazenda; general Valentim Benício da Silva, secretário geral do Ministério da Guerra; Teixeira Soares, representante do ministro das Relações Exteriores; e ministro José Roberto de Macedo Soares.

A palestra do Sr. Moacyr Briggs subordinou-se ao tema "O serviço público federal no decênio Getúlio Vargas" e foi desenvolvida de acordo com o seguinte plano:

- I — Objetivos da palestra
- II — Evolução do Poder Executivo
- III — Reorganização sistematizada da administração federal
- IV — Assistência social
- V — Previdência social
- VI — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União
- VII — Orçamento da União
- VIII — Alcance e influência da reforma administrativa

Passamos a transcrevê-la.

I — OBJETIVOS DA PALESTRA

A iniciativa de divulgar, por meio de conferências, as realizações que transformaram, no último decênio, a fisionomia do Brasil, pertence ao Departamento de Imprensa e Propaganda, cujo interesse patriótico, nessa tarefa, se confunde com os mais inequívocos interesses da comunidade nacional.

E' que, si o tempo conta muito pouco na vida das nações, o mesmo não acontece com os períodos que marcam os ciclos de transição.

Esses devem ser computados porque são eles que fazem a História.

Desde 1930, assistimos, em perfeita sequência, modificações tão substanciais e tão rapidamente incorporadas ao gênio do nosso povo, que por si bastam para definir e fixar essa época como uma das mais decisivas na laboriosa construção do nosso progresso.

O depoimento contemporâneo, dessa forma, não é apenas um imperativo do reconhecimento nacional à magnitude da obra, mas um subsídio para os que hão de apreciá-la mais tarde.

Devo à Fortuna o ter colaborado e colaborar, ainda, na radical transformação por que passou, nessa fase, o serviço público federal.

Sua simples e sumária descrição ultrapassaria, de muito, os limites naturais de uma palestra.

Por isso, na que vou proferir, atendendo a honroso convite, procurarei, apenas, fixar sua amplitude e contribuir para o esclarecimento, sob o ponto de vista doutrinário, dos princípios a que essa transformação obedeceu, do sistema a que deu origem e de como vem ela correspondendo às necessidades do Estado brasileiro.

Espero, também, que esta palestra possa atingir outra finalidade: a de estreitar o contacto entre os servidores do Estado e o Departamento Administrativo do Serviço Público, tão necessário à exata compreensão dos verdadeiros objetivos do movimento de renovação que se vem processando.